

DF - Educação

SUSPENSA ELEIÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

PEDIDO DE LIMINAR
É APROVADO, MAS IMPEDE A
EXONERAÇÃO DOS ATUAIS
DIRETORES ATÉ O
FINAL DO MANDATO

Taís Braga e
Ana Helena Paixão
Da equipe do **Correio**

O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal aprovou o pedido de liminar com ação direta de inconstitucionalidade suspendendo os efeitos da Lei de Gestão Democrática nas escolas públicas. Isso significa que o governador Joaquim Roriz ou a secretária da Educação, Eurides Brito, poderá escolher os diretores, vice-diretores e membros dos conselhos escolares, até que seja julgado o mérito da questão. A liminar, no entanto, não permite que os atuais ocupantes do cargo sejam afastados até o final do seu mandato.

A decisão dos desembargadores, por 9 votos favoráveis a 4 contrários, acatou um pedido da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que por sua vez se baseou em representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF. Na avaliação do procurador, apoiada pelo voto do relator, a Lei de Gestão Democrática alterou o regime constitucional de provimento das funções em comissão, já que a Constituição diz que a escolha independe de concurso público, bem como de qualquer processos de seleção, seja por meio de via eletiva ou em razão de concurso interno.

Para Marcos Pato, diretor do Sindicato dos Professores (Sinpro), o fato de a liminar não manter a obrigatoriedade do pleito não impede que o governador o faça. "O governador vai assumir o ônus dessa decisão", disse Pato, que defende a Lei de Gestão Democrática, principalmente por ela estabelecer critérios para o preenchimento dos cargos de direção das escolas.

Jefferson Rudy 23.4.99



Os professores já manifestaram-se a favor da eleição direta para diretor de escola, mas os desembargadores decidiram, por nove votos a quatro, pelo fim dela

"Para ser diretor, é preciso ser concursado, licenciado, pertencer à carreira do magistério, ter no mínimo dois anos de experiência, apresentar um projeto de gestão administrativa, pedagógica e financeira e, após eleito, o diretor deverá fazer um curso de no mínimo 180 horas", ressaltou. Marcos Pato teme que o livre provimento tire o cargo da carreira do magistério. "O critério deixa de ser de competência para ser o político. O cargo passa para a carreira política. Qualquer cabo eleitoral poderá ser indicado", ponderou.

Assim que soube da decisão do Tribunal de Justiça (TJDF), na tarde de ontem, a secretária de Educação, Eurides Brito, quis deixar claro que a ação de inconstitucionalidade das eleições para diretores de escolas

públicas não partiu do governo local, mas do Ministério Público.

"Mas a decisão não me causa surpresa. O Supremo Tribunal Federal já havia julgado inconstitucional a eleição em cinco estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná)". Segundo ela, o governo Roriz já conhecia essa decisão do Supremo e nem por isso afastou os diretores dos colégios.

Eurides Brito disse ainda que o GDF nunca foi contra a Gestão Democrática. "Até porque foi no governo anterior de Joaquim Roriz que começou a Gestão Democrática no DF. Em 1993, realizamos a primeira eleição direta dos conselhos escolares, nas escolas públicas do DF", comentou ela, que era

secretária de Educação na época.

No entanto, a secretária afirma que a Gestão Democrática não pode se restringir às eleições de diretores, "como vinha acontecendo no DF". Ela conta que, em todo o mundo, a nomeação desses profissionais pode ser feita de três formas: por meio de concurso público (como ocorre em São Paulo), seleção de currículo e prova de competência, e uma última que inclui nomeação e eleição direta (como acontecia no DF, desde 1995).

O governo ainda não decidiu como será feita a nomeação dos diretores de agora em diante. Mas a secretária garante que o preenchimento das vagas não obedecerá a critérios políticos. "Ainda não sabemos como vamos avaliar isso,

mas o critério principal será a competência. Vamos considerar titulação e atualização dos diretores. Os cargos serão assumidos por professores, com larga e exitosa experiência em sala de aula. Não queremos diretores que não tenham sido professores", explica. "Sabemos que há muita gente competente e comprometida com a escola nas direções atuais. Eles podem continuar com seus cargos, desde que comprovada sua competência", completa.

A secretária garante que todos os diretores de escolas públicas do DF serão mantidos em seus cargos até o final do ano. Até lá, a secretária já terá decidido como serão feitas a avaliação dos professores e as nomeações para o próximo ano letivo.